

Art. 58. Por decisão do Presidente da Comissão Organizadora, poderão ser devolvidos aos candidatos os documentos que hajam instruído os respectivos pedidos de inscrição, se estes tiverem sido indeferidos.

Parágrafo único - Após 180 (cento e oitenta) dias do término do Concurso ou, excepcionalmente, antes deste tempo, poderão ser devolvidos os documentos apresentados pelos candidatos para a instrução do processo de inscrição, ou para a PROVA DE TÍTULOS, desde que o interessado não tenha ajuizado qualquer postulação relativamente ao Concurso. Decorrido esse prazo, os documentos e provas poderão ser incinerados, com exceção dos que estiverem relacionados a qualquer procedimento judicial pertinente ao Concurso.

Art. 59. A interpretação dos dispositivos deste Regulamento e a solução dos casos omissos caberão:

- I - à Comissão Organizadora, quanto ao processamento e julgamento das inscrições, bem como quanto aos demais assuntos de sua competência;
- II - à Comissão Examinadora, nos demais casos.

Art. 60. Todas as publicações relativas ao Concurso serão feitas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro -Parte I - Seção de Avisos e Editais.

Art. 61. Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PROGRAMA

### 1. DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1. Direito Administrativo. Conceito. Taxinomia. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas.
2. Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade.
3. Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição.
4. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento.

5. Pactos bilaterais e multilaterais de natureza não contratual. Atos complexos ou atos-união. Elementos característicos. Espécies: Consórcios, convênios e acordos de programa. Desfazimento e conseqüências.

6. Licitações. Princípios. Competência legislativa. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Adjudicação.

7. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização administrativa. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Delegação social. Organizações sociais. Fomento público.

8. Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro. Preceitos constitucionais - Lei Orgânica. Procuradores dos Estados: *status*, competências.

9. Desestatização. Privatização. Delegação. Terceirização. Despolitização. Participação. Consensualidade.

10. Órgãos reguladores. Características. A atividade de regulação. Órgãos reguladores Federais e do Estado do Rio de Janeiro.

11. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios informativos específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Tarifa. Retomada do serviço. Encampação. Desapropriação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço.

12. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Domínio terrestre. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Domínio hídrico. Regime das águas. Domínio aéreo.

13. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, cessão e permissão de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário. Regime de bens das empresas estatais.

14. Poder de polícia. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental e de segurança pública. Partilha constitucional da competência de poder de polícia.

15. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco, parcelamento e edificação compulsórios.

16. Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Competência em matéria ambiental. Licença ambiental: conceito e tipos.

17. Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial e por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessos.

18. Gestão financeira. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Endividamento público: limites e competência Empréstimos externos. Títulos reajustáveis. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais e Conselhos de Contas.

19. Processo administrativo. Princípios constitucionais. Direito a informações e certidões. Requisições de processos.

20. Responsabilidade civil do Estado. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições financeiras públicas e responsabilidade de seus administradores.

21. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Conceitos. Meios específicos do controle jurisdicional. Conciliação e arbitramento: Conceitos.

22. Servidores públicos. Espécies. Regimes jurídicos. Natureza do regime estatutário. Cargos e funções públicas. Princípios constitucionais.

23. Provedores originários e derivados. Concurso. Nomeação. Estágio experimental. Exercício. Remoção. Substituição. Progressão horizontal. Promoção. Ascensão. Transformação. Transferência. Reintegração. Aproveitamento. Reversão. Reclassificação. Enquadramento.

24. Vacância. Exoneração, demissão, aposentadoria e disponibilidade.

25. Direitos e vantagens dos servidores públicos. Classificações. Tempo de Serviços. Efetividade e estabilidade. Férias. Licenças. Concessões. Associação sindical. Greve. Vencimento. Remuneração. Vantagens acessórias. Princípios constitucionais.

26. Deveres, proibições e responsabilidade do servidor público. Acumulação de cargos. Abuso de poder. Penas disciplinares. Sanções administrativas, penais e civis. Processo administrativo disciplinar. Princípios específicos. Instância disciplinar e instância penal. Revisão. Atos de improbidade administrativa.

27. Garantias e ações constitucionais dos administrados. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivos, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública. Direito de petição aos Poderes Públicos.

28. Direito do Trabalho. Conceito. Princípios. Fontes. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho. Renúncia e transação.

29. Relação de Emprego. Caracterização. Empregador. Empregado. Trabalho subordinado. Trabalho autônomo. Trabalho eventual. Trabalho temporário. Terceirização. Responsabilidade do tomador do serviço.

30. Contrato de Trabalho. Definição. Elementos essenciais e acidentais. Nulidade e anulabilidade. Espécies. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

31. Remuneração e salário. Conceitos. Distinção. Proteção do salário. Princípios salariais.

32. Duração do trabalho. Horário. Jornada. Períodos de descanso. Regime de compensação.

33. Terminação do contrato de trabalho. Causas. Estabilidade. Garantia do emprego. FGTS. Aviso Prévio.

34. Organização sindical. Princípios. Unicidade sindical. Receitas sindicais. O servidor público e a sindicalização. Direito de greve.

35. Negociação coletiva. Mediação. Arbitragem. Convenção coletiva. Acordo coletivo. Poder normativo da Justiça do Trabalho. Limites.

## 2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1. Direito Processual: conceito, objeto, divisões, posição no quadro das ciências jurídicas, relações com os outros ramos do Direito. A norma processual civil no tempo e no espaço.

2. Função jurisdicional: caracterização. Distinção entre ela e as outras funções do Estado. A jurisdição voluntária. Órgão da função jurisdicional. Organização judiciária federal e estadual. Órgãos auxiliares da Justiça. Funções essenciais à Justiça.

3. Ação: conceito, principais doutrinas. Condições do seu exercício. Classificações e individualização das ações. Concurso e cumulação de ações. Conexão.

4. Processo: noções gerais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Princípios fundamentais do processo e do procedimento no direito brasileiro. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

5. Natureza jurídica do processo. A relação jurídica processual: caracteres, requisitos, pressupostos processuais, conteúdo. Poderes, direitos, faculdade, deveres e ônus processuais.

6. Sujeitos do processo: o Juiz. Regime jurídico da Magistratura. Competência: conceito, classificações, critérios de determinação. Prorrogação e prevenção. Incidentes sobre competência. Conflitos de competência e de atribuições.

7. Sujeitos do processo: as partes. Capacidade e legitimação. Representação, assistência, autorização. Substituição processual. Pluralidade de partes: litisconsórcio.

8. Intervenção de terceiros. Assistência.

9. Fatos e atos processuais. Classificação, forma, lugar e tempo. Vícios e seus efeitos. Nulidades.

10. Impulso processual. Prazos, preclusão. Inércia processual: contumácia e revelia.

11. Da formação, da suspensão e da extinção do processo.

12. Antecipação da tutela. Procedimentos comum e ordinário.

13. Resposta do réu. Contestação. Exceções. Reconvenção.

14. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo.

15. As provas.

16. A audiência. Sentença: conceito, classificação, estrutura, efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. A coisa julgada.

17. Vícios da sentença: efeitos e meios de impugnação. Recursos e ações autônomas. Ação rescisória. Noções gerais sobre recurso: classificação, requisitos de admissibilidade, efeitos, desistência.

18. Os recursos ordinários em espécie. Reclamação (correição parcial).

19. Recurso extraordinário. Recurso especial.

20. Execução em geral. As diversas espécies de execução. Liquidação. Defesa do devedor.

21. Execução contra a Fazenda Pública e Autarquias. Execução fiscal. Embargos do devedor.

22. Mandado de Segurança. Mandado de injunção. Habeas data.

23. Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis e atos do Poder Público. Ação direta de inconstitucionalidade.

24. Ação de desapropriação. Ação Popular. Ação Civil Pública.

25. O processo cautelar.

26. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Ação Monitória. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.

27. Organização da Justiça do Trabalho no Brasil. Composição e funcionamento. Competência de Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência dos órgãos da Justiça do Trabalho.

28. Processo e procedimento dos dissídios individuais de trabalho. Prazos. Custas. Exceções. Nulidades. Recursos. Execução. Prescrição. Privilégios do Estado. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

29. Processo e procedimento dos dissídios coletivos. Competência para processá-los e julgá-los. Efeitos da sentença normativa. Recursos cabíveis. Execução.

30. Coisa julgada formal e material da sentença trabalhista. Acordos. Ação Rescisória.

31. Mandado de segurança no Direito do Trabalho. Habeas corpus. Medidas judiciais.

### 3. DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades.

2. Interpretação e integração da Constituição. Princípios específicos de interpretação constitucional. Tipologia e eficácia das normas constitucionais.

3. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e parlamentarismo. Sistemas eleitorais. Partidos políticos.

4. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual.

5. Reforma da Constituição. Revisão e emenda constitucional. Limites ao poder de reforma: materiais, circunstanciais e temporais.

6. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Direitos políticos. Direitos sociais. Direitos difusos.

7. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data.

8. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas, legislativas e tributárias. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e de cooperação federativos: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

9. Os Estados-membros na Federação. Competências exclusivas, comuns e concorrentes. As Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados.

10. O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município.

11. Separação de Poderes: o sistema de freios e contra-pesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência.

12. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito federais e estaduais: objeto, poderes e limites.

13. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Processo legislativo estadual.

14. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Governador do Estado. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Foro competente. Secretários de Estado.

15. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício.

16. Poder Judiciário. Garantias dos Juizes. Incompatibilidades. Tribunais e respectivas competências. Questões estritamente políticas.

17. Competências originárias e recursais do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Recursos ordinário, extraordinário e especial. Súmula de jurisprudência. Efeito vinculante.

18. Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada. Conselho da Magistratura. Varas de Fazenda Pública. Da carreira de magistrado.

19. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público: princípios institucionais e atribuições. Advocacia e Defensoria Pública. Advocacia Pública; Advocacia Geral da União, Procuradorias-Gerais dos Estados e Municípios. Princípios institucionais da Advocacia Pública.

20. Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Licitação. Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de Defesa e Estado de Sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas. Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

21. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais federais e es-

taduais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município.

22. Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, Estados e Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade.

23. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica.

24. Direito de propriedade. Limitações e condições para o seu exercício. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.

25. Ordem social. Princípios. Seguridade social. Educação, cultura e desporto. Meio ambiente. Competências federativas.

26. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias.

#### 4. DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1. Direito Objetivo. Norma jurídica. Fontes do direito. Vigência, hierarquia, revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespaçial das leis.

2. Direito subjetivo. Faculdades e interesse. Direito adquirido e expectativas de direito.

3. Pessoas. Pessoa física: começo, fim, capacidade, emancipação, registro civil e nome. Pessoa jurídica: conceito e classificação. Fundações. Domicílio. Ausência. Registro de empresas mercantis.

4. Bens. Classificações. Bens públicos e privado: regime jurídico. Fundo de comércio. Ações e debêntures.

5. Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito. Classificações, defeitos, modalidades, forma e prova. Teoria geral das nulidades dos atos jurídicos.

6. Prescrição e decadência.

7. Obrigações. Conceito e elementos essenciais. Modalidades.

8. Fontes e efeitos das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de direitos. Pagamento. Pagamento indevido. Mora. Extinção e inexecução. Dívidas de valor. Correção monetária.

9. Teoria da impreviãõ. Caso fortuito e força maior.

10. Concurso de credores. Falência e concordata.

11. Contratos. Conceito, formação do vínculo e classificações. Conexão de contratos. Contrato plurilateral.
12. Evicção. Vícios redibitórios. Estipulação em favor de terceiros. Resolução, distrato, arrependimento e erros. Contrato preliminar. Subscrição de capital.
13. Contratos típicos. Compra e venda civil e mercantil. Permuta e doação. Contrato de Sociedade.
14. Empreitada, mandato, comissão mercantil, depósito, mútuo, fiança.
15. Representação comercial. Concessão de venda. Arrendamento mercantil (*leasing*). Franquia (*franchising*). Cartão de crédito. Abertura de Crédito.
16. Sociedades civis e comerciais. Sociedades por ações. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada.
17. Sociedade por ações. Incorporação, transformação, fusão e cisão. Sociedades de Economia Mista e Empresas Públicas. Privatização.
18. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Títulos de crédito: cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata. "Commercial paper".
19. Obrigações por decorrência de ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil e sua liquidação. Dano. Responsabilidade dos administradores de sociedades.
20. Posse. Conceito, evolução, classificações, aquisição e perda. Efeitos e defesa. Composse.
21. Propriedade. Conceito. A propriedade em geral. A função social da propriedade. Propriedade imobiliária. Limitações impostas à propriedade.
22. A propriedade imobiliária urbana. Modalidades de aquisição e perda. Registro de imóveis.
23. Os direitos da vizinhança. O direito de construir.
24. Condomínio. Propriedade em planos horizontais. Incorporação. Parcelamento do solo urbano.
25. Direitos reais sobre coisa alheia. Conceitos e princípios.
26. Enfitese. Servidões. Direito de superfície. Usufruto, uso e habitação. Promessa de compra e venda de imóvel. Direitos reais de garantia. Cédula hipotecária, caução de ações e cotas industrial e comercial. Alienação fiduciária.
27. A propriedade móvel. Aquisição e perda. A propriedade resolúvel.
28. Casamento, Regime de bens. Dissolução e extinção da sociedade conjugal. Sociedade de fato. Lei nº 9.278 de 10/05/96. Parentesco. Sociedade entre marido e mulher.
29. Sucessões. Abertura da sucessão. Ordem de vocação hereditária. Representação. Transmissão, aceitação e renúncia de herança. Herança jacente e vacante. Sucessão em ações e cotas sociais.

30. Sucessão testamentária. Testamento e codicilos. Validade. Redução das disposições.

31. Legados. Substituições, fideicomisso. Inventário e partilha. Sonegados.

## 5. DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito Tributário. Caracterização. Sua posição no quadro do Direito. Direito Constitucional Tributário.

2. Processo legislativo tributário. Emenda Constitucional. Lei complementar tributária. Lei ordinária e medida provisória. Decreto legislativo. Resoluções do Senado. Tratados e convenções internacionais. Convênios interestaduais do ICMS.

3. Legislação tributária. Vigência e aplicação.

4. Interpretação e integração do Direito Tributário. A correção das antinomias.

5. Relação jurídica tributária. Obrigação e crédito tributário. Fato gerador.

6. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário.

7. Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. Substituição Tributária.

8. Tempo do fato gerador e tempo do pagamento. Aspecto espacial do fato gerador. Alíquota e base de cálculo.

9. Crédito tributário. Lançamento; modalidades.

10. Suspensão e extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência.

11. Repetição do indébito. Restituição-incentivo.

12. Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão.

13. Isonomia tributária e proibição de desigualdade.

14. Princípios gerais do direito tributário. Princípios e normas. Princípios constitucionais tributários.

15. O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, seletividade, universalidade e personalização. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições especiais.

16. Os princípios de segurança jurídica. Legalidade tributária. Tipicidade. Anterioridade. Irretroatividade.

17. Garantias e privilégios do crédito tributário.

18. Infrações e sanções em matéria tributária. A natureza das penalidades tributárias.

19. Controle da constitucionalidade da lei tributária. O controle incidental. A ação direta de inconstitucionalidade. A declaração de constitucionalidade. A efi-

cácia do controle de constitucionalidade no tempo.

20. Processo tributário judicial. Dívida Ativa. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal.

21. Processo Tributário Administrativo. Natureza. Conselho de Contribuintes.

22. Sistema Tributário Nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. Sistema internacional tributário.

23. A distribuição da competência legislativa tributária. Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias.

24. Impostos federais.

25. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS). Fato gerador. Não-cumulatividade. Natureza e regime dos créditos fiscais.

26. Imposto causa mortis e doação. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA).

27. Impostos municipais.

28. Contribuição de melhoria. Contribuições sociais, econômicas e profissionais. Contribuições sociais dos Estados.

29. Taxas. Preços públicos. Taxa judiciária e custas.

30. Empréstimo compulsório.

#### **RESOLUÇÃO Nº 1.307/97-PG DE 19 DE NOVEMBRO DE 1997 \***

DESIGNA COMISSÃO EXAMINADORA DO  
11º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 6º, inciso XLIII, da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, e o art. 2º, § 1º, do Regulamento do 11º Concurso para ingresso na classe inicial da Carreira de Procurador do Estado do Rio de Janeiro, ouvido o Conselho da Procuradoria-Geral do Estado, em sessão realizada em 19 de novembro de 1997,

\* DORJ, I, de 20.11.97, pp. 20 - 21.